

Exm.º Senhor
Dr. Gabriel Osório de Barros
Chefe do Gabinete do Ministro da Solidariedade, Emprego
e Segurança Social
Praça de Londres, n.º 2 - 16º
1049-056 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Ofício n.º	Data
			DIR/CASES-2014-001390	28-08-2014

ASSUNTO: Pedido de integração da EAPN Portugal no Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

Exm.º Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Ministro,

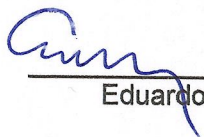
Em resposta à solicitação contida no vosso ofício nº 4840/MSESS/2013 de 25/08/2014, referente a um "Pedido de Integração da EAPN Portugal no CNES e na CASES" (anexo 1) informo que, em datas anteriores, foram apresentadas candidaturas para integrar o CNES pela "Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, através de mensagem de 23 de novembro de 2012 (anexo 2) e da "Confederação Nacional da Educação e Formação", através de ofício de 21 de março de 2014 (anexo 3).

Sem prejuízo da representatividade invocada pelas entidades em apreço, e dos méritos da sua atividade associativa nas respetivas áreas de atuação, sou do parecer que, no presente momento, não se justifica a sua admissão no CNES considerando que as entidades que integram este órgão de consulta do Governo garantem uma forte representatividade do setor da economia social.

Trata-se, no entanto, de uma decisão de natureza política que compete ao governo sendo sempre possível acomodar, do ponto de vista técnico, a decisão que vier a ser adotada.

Lisboa, 27 de agosto de 2014

O Secretário Executivo do CNES



Eduardo Manuel Fernandes Graça

42682 14-03-25

Exm.º Senhor
Presidente da Cooperativa António
Sérgio para a Economia Social
Rua do Viriato, n.º 7
1050 - 233 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		ENT.: 4840/MSESS/2013 PROC. Nº: 761/2013/116	

ASSUNTO: PEDIDO DE INTEGRAÇÃO DA EAPN PORTUGAL NO CONSELHO NACIONAL PARA A ECONOMIA SOCIAL (CNES) E NA COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL (CASES)

Encarrega-me o Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de enviar a V. Ex.ª, com o pedido de parecer, fotocópia da carta, de 11 de agosto de 2014, remetida pela EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, referente ao assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

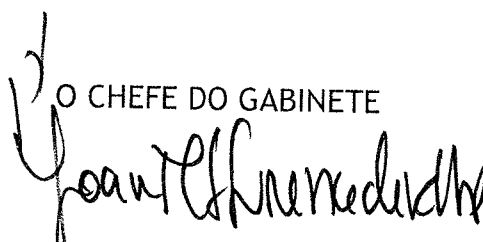


Entrada

Entrada Nº 3043Data 27/03/2014

Departamento _____

Assinatura _____

O CHEFE DO GABINETE

(Gabriel Osório de Barros)

JOANA VALLERA
Chefe do Gabinete
em Substituição

JL/

António Torres
20.8.14
JOANA VALDEIRA
Chefe do Gabinete
em Substituição
e da

Exmo. Senhor
Dr. Pedro Mota Soares
Ministro da Solidariedade e da
Segurança Social
Praça de Londres, 2 *Em anexo des*
1049-056 Lisboa *multimédia, seus*
de remete à Direcção de
CASES, solicitando parecer
20.8.
Atm
António Torres
Assessor

Porto, 11 de Agosto de 2014

Assunto: Pedido de integração da EAPN Portugal no Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

Exmo. Senhor,

A EAPN Portugal tem como missão defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade.

Para tal, um pilar importante de intervenção da instituição nestes 22 anos tem passado necessariamente pelo desenvolvimento de ações que promovem a dinamização da economia social, pois as novas realidades económicas colocam enormes desafios ao setor social que só podem ser enfrentados com atitudes inovadoras e competências empreendedoras, tendo como base o trabalho em rede e as parcerias estratégicas.

Ao apresentar a sua candidatura ao Conselho Nacional para a Economia Social e à Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, a EAPN Portugal vem por este meio subscrever os princípios, missão e valores destas plataformas, particularmente no que respeita à visão da pluralidade com base no respeito mútuo e no diálogo entre diferentes organizações, que caracteriza o setor da Economia Social, bem como os desafios colocados ao nível da sua missão económica que integra preocupações sociais e de desenvolvimento local sustentável.

A adesão a estas estruturas permitir-nos-á partilhar dinâmicas de compromisso social e de enriquecimento de capital social, que promova novos valores e mais-valias num quadro institucional mais eficaz na luta contra a pobreza e a exclusão social. Valores cívicos tais como, a cidadania ativa, o sentido de comunidade e solidariedade fazem das organizações do terceiro setor um campo único de ação ao nível das políticas públicas.

Neste sentido, a EAPN Portugal vem pelo presente meio colocar à consideração de V. Ex.^a a possibilidade de integrar estas duas plataformas que muito nos honraria pela oportunidade de melhor contribuir para a luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal.

Agradecemos desde já a atenção dispensada, na expectativa de uma resposta positiva.

Subscrevemo-nos com a maior estima e consideração.

Jessiel
O Presidente da Direção

V. Agostinho Cesário Jardim Moreira
(Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Soc	
Gabinete do Ministro	
Entrada Nº <u>4840</u>	Pº <u>761-13/116</u>
<u>18</u> de	<u>8</u> de 2014

Eduardo Graça

De: Eduardo Graça <eduardograca@cases.pt>
Enviado: segunda-feira, 26 de Novembro de 2012 10:26
Para: 'Sérgio André Costa Vieira'
Assunto: CNES
Anexos: FMT_2012.pdf


Dr. Sérgio Vieira:

Envio o contributo, embora atrasado face à data indicada, da Dr.ª Regina Pinto Lopes que integra o CNES a título de personalidade mas que é Presidente da "Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local." As suas considerações são razoáveis e correspondem à realidade dos fatos. Colocam, no fundo, uma questão que conduz a uma decisão de natureza política: a integração da Federação em referência no CNES. Do meu ponto de vista, face a esta reafirmação de interesse, nada obsta.

Cumprimentos

Eduardo Graça
PRESIDENTE



Rua Viriato, n.º 7, 1050-233 LISBOA
Tel: (+351) 213878046/7 . Fax: (+351) 213858823
E-mail: cases@cases.pt . Url: <http://www.cases.pt/>
Siga-nos no 

COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
Seja amigo do ambiente! Pondere a impressão.

De: CNES [<mailto:info@cnes.org.pt>]
Enviada: segunda-feira, 26 de Novembro de 2012 10:14
Para: CASES - Eduardo Graça
Assunto: FW: CNES

De: Regina Pinto [<mailto:regina.pinto@adices.pt>]
Enviada: sexta-feira, 23 de Novembro de 2012 16:43
Para: info@cnes.org.pt
Cc: presidencia@mutualismo.com; ma.lemos@ump.pt; jeronimo.teixeira@mutuapescadores.pt; animar@animar-dl.pt; confagri@confagri.pt; CSSMadeira@seg-social.pt; anafre@anafre.pt; linomaia@netcabo.pt; srtss@azores.gov.pt; cpf@cpf.org.pt; presidencia@cm-vfxira.pt; jdsa@aximage.pt; josepelopes@netcabo.pt; rop37798@mail.telepac.pt
Assunto: CNES

Exmo. Sr. Secretário Executivo do CNES – Conselho Nacional para a Economia Social
Dr. Eduardo Graça,

Gostaria de começar por pedir desculpa por só agora responder ao V. email mas apenas agora consegui reunir as condições para o fazer.

No comunicação enviada por email a 17 de Setembro, no seguimento da reunião realizada no dia 4 de Setembro, tive oportunidade de apresentar alguns contributos referentes ao CNES e em particular à Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2010.

Se as considerações referentes aos órgãos dos CNES, em particular à constituição de uma estrutura executiva, se encontram acauteladas nesta proposta, permitindo uma actividade mais continua e até suportando com a criação de uma estrutura operacional a viabilidade de um CNES (com carácter consultivo) mais alargado. As sugestões respeitantes à composição do CNES, no sentido de incluir outras estruturas de âmbito nacional representativas de famílias ou sensibilidades, em particular as que nos seio da economia social representam de áreas ligadas ao desenvolvimento, só marginalmente foram consideradas, com a inclusão da CPCCRD que sugeri.

O entendimento sobre a Economia Social na Europa, e no Mundo, longe de ser consensual, apresenta no entanto uma tendência clara de inclusão de uma gama alargada de famílias de organizações do sector não lucrativo, que vão desde as organizações de índole caritativa, até empresas sociais, passando por organizações de desenvolvimento nos domínios da educação, cooperação e ambiente. Por estas razões, defendi uma composição mais alargada do CNES – e também da CASES – incluindo, nomeadamente, as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), através da Plataforma das ONGD, as associações de defesa do ambiente (ADA/ONGA), através da CPADA e ainda as colectividades de cultura e recreio, através da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), assim como as associações de desenvolvimento local, com a inclusão da Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, da qual actualmente assumo a presidência da direcção.

Aliás, tomo a liberdade de lembrar, que na sequência do processo de constituição da CASES e posteriormente do CNES, o convite que me foi dirigido para integrar o CNES por um representante do governo anterior, aconteceu exactamente numa tentativa de corrigir o “lapso” de a Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local não integrar nenhuma destas estruturas.

No que diz respeito à representação das Associações de Desenvolvimento Local, penso que a situação que se quis remediar na altura, poderá agora ser ultrapassada passando a MINHA TERRA a integrar o CNES.

As associações de desenvolvimento local que a MINHA TERRA representa integram na intervenção transversal que defendem e implementam, uma dimensão relevante nas áreas sociais. Estes domínios de trabalho, associados à execução, de forma descentralizada e em parceria de políticas públicas, cobrem áreas diversas que vão desde o apoio à construção de equipamentos e renovação de respostas sociais até à formação, inclusão social e luta contra a pobreza. Permita-me que, neste contexto, anexe um documento resumido de apresentação da MINHA TERRA e da respectiva representatividade.

Com os melhores cumprimentos,

Regina Pinto Lopes

De: CNES [<mailto:info@cnes.org.pt>]

Enviada: terça-feira, 20 de Novembro de 2012 16:34

Para: presidencia@mutualismo.com; ma.lemos@ump.pt; jeronimo.teixeira@mutuapescadores.pt; animar@animar-dl.pt; confagri@confagri.pt; CSSMadeira@seg-social.pt; anafre@anafre.pt; linomaia@netcabo.pt; srtss@azores.gov.pt; cpf@cpf.org.pt; presidencia@cm-vfxira.pt; jdsa@aximage.pt; josepelopes@netcabo.pt; rop37798@mail.telepac.pt; regina.pinto@adices.pt

Assunto: CNES

Exmo. (a) Senhor(a):

Na sequência da reunião informal, realizada em Setembro, do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), com a presença do senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Marco António Costa, junto envio proposta para revitalização do CNES.

Incumbe-me o senhor Secretário de Estado de solicitar que até às 12 horas do próximo dia 23 de novembro (sexta-feira) me sejam enviadas eventuais sugestões, e melhorias, que possam ser recomendadas.

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA

2. APRESENTAÇÃO

2.1. A Federação MINHA TERRA

2.2. O contributo da MINHA TERRA para as dinâmicas nos territórios rurais

2.3 A visão da MINHA TERRA para o espaço rural

2.4. A abordagem inovadora das ADL federadas na MINHA TERRA

3. A REPRESENTATIVIDADE DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA

3.1. Representatividade territorial

3.2. Representatividade social

3.3 Representatividade técnica

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MINHA TERRA foi criada em 2000, por iniciativa de um grupo de associações de desenvolvimento local. Nos mais de 10 anos de existência representou e defendeu os princípios do desenvolvimento local, fomentando o trabalho em rede.

O presente documento apresenta de forma sucinta a MINHA TERRA e as principais actividades desenvolvidas.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. A Federação MINHA TERRA

A MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local é uma entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede que se consolidava, desde há alguns anos, sob o denominador comum da convergência de objectivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

A Federação MINHA TERRA **tem por missão representar e defender os interesses das Associações de Desenvolvimento Local suas federadas e das populações dos territórios rurais, dinamizando uma plataforma de cooperação alargada no domínio das intervenções promotoras de um desenvolvimento integrado que conduza à dinamização da economia e à melhoria de qualidade de vida no espaço rural português.** A MINHA TERRA preconiza uma articulação entre as estratégias nacionais e as dinâmicas emergentes nos espaços rurais, como garante de um desenvolvimento sustentável do mundo rural. A MINHA TERRA desenvolve competências a nível da organização e implementação de programas e iniciativas de alcance local, regional, nacional e transnacional e presta assessoria técnica ao desenvolvimento de projectos em diversas áreas do desenvolvimento rural.

A MINHA TERRA é membro do Conselho Económico e Social em representação das Organizações do Mundo Rural. No mandato anterior integrou a CDROT – Comissão Especializada de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território e no actual mandato integra a CEPES - Comissão Especializada de Política Económica e Social.

A MINHA TERRA foi membro do CNADR – Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, esteve presente na Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa e Iniciativa Comunitária LEADER+ e do Programa RURIS (2000 – 2009). Actualmente integra os Comités de

Acompanhamento do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente e do Programa da Rede Rural Nacional (2007 – 2013), assim como os Conselhos Regionais, sendo reconhecido pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) o estatuto de interlocutor privilegiado, em representação dos Grupos de Acção Local - parcerias territoriais responsáveis pela gestão das medidas para a Diversificação da Economia e a Qualidade de Vida da População nos territórios rurais.

No actual período de programação, realçamos ainda o facto de a MINHA TERRA integrar o Conselho de Coordenação da Rede Rural Nacional. Esta rede actualmente coordenada pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural do MADRP no âmbito do Programa da Rede Rural Nacional, *tem como objectivo reforçar o intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas práticas e do know-how em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural* (in Programa da Rede Rural Nacional).

A nível internacional a MINHA TERRA é membro da ELARD – European Leader Association for Rural Development, organização que agrupa cerca de 1000 Grupos de Acção Local de vários países da União Europeia, proporcionando um fórum de reflexão, debate e cooperação entre organizações da sociedade civil interessadas nos grandes desafios que se colocam à Europa Rural.

2.2. O contributo da MINHA TERRA para as dinâmicas nos territórios rurais

Uma dinâmica de sucesso, em curso nos territórios rurais portugueses na última década, tem conduzido a iniciativas duráveis com efeito multiplicador na economia e competitividade locais e regionais. Este movimento, fortemente impulsionado pelas ADL e assente na definição e implementação de estratégias, processos e parcerias de base territorial, tem contribuindo decisivamente para minimizar os impactos, e nalguns casos inverter o agravamento, de um cenário de “crise profunda no mundo rural português”, de que o isolamento, o êxodo e envelhecimento das populações, os problemas ambientais e de ordenamento territorial são uma clara expressão. Os projectos implementados pelas ADL federadas na MINHA TERRA – responsáveis pela mobilização e aplicação de recursos financeiros consideráveis, permitem dar resposta a necessidades específicas dos espaços rurais, minorando efeitos de debilidades estruturais e potenciando um desenvolvimento integrado e sustentável, alicerçado no empreendedorismo endógeno.

2.3 A visão da MINHA TERRA para o espaço rural

Uma acentuada reorganização da sociedade civil, que confere novas dimensões à participação cívica dos cidadãos, e alterações profundas no modelo de produção e consumo e no quadro de valores prevaletentes, traçam uma nova realidade estrutural para o espaço rural – entendido num sentido amplo e plurifuncional – à qual deverá corresponder uma ‘nova’ concepção de política de

desenvolvimento. Em linha com os princípios orientadores da nova geração de políticas comunitárias, a **Federação MINHA TERRA defende um desenvolvimento rural integrado e integrador, participado e sustentável, em que a responsabilidade pela criação de novas fontes de rendimento e emprego, pela preservação ambiental, pelo desenvolvimento social e cultural (englobando aspectos educacionais e de cidadania) é partilhada pelos diversos sectores de actividade e em parceria por agentes públicos e privados, conduzindo a uma qualidade de vida em sintonia com as expectativas dos cidadãos.**

A implementação de estratégias de desenvolvimento local pelas ADL federadas na MINHA TERRA, assenta no estabelecimento de parcerias locais organizadas e actuantes e traduz-se já em milhares de projectos de sucesso levados a cabo, no âmbito de diversos programas de apoio ao desenvolvimento sócio-económico e à cooperação, com destaque para os programas de Iniciativa Comunitária LEADER, expressando a concretização de uma nova visão para o mundo rural português.

Redescobrimo a sua capacidade para valorizar e revitalizar produtos, serviços, competências e práticas locais – não raro em benefício directo de segmentos populacionais bastante fragilizados – os portugueses das várias regiões do País redescobrem, também, os seus valores sócio-culturais específicos e sentem-se co-autores das profundas transformações positivas que estão a mudar a face dos locais e regiões em que habitam e trabalham.

De entre inúmeros exemplos a destacar, podem salientar-se:

- A disseminação à escala nacional, do turismo em espaço rural e da dimensão animação a ele associada;
- A (re)descoberta, pela rede de restauração nacional, das riquezas gastronómicas locais, a ponto de o país lhes conferir hoje o estatuto de Património Nacional;
- Os eventos locais que são hoje, essencialmente, "mostras da região ao mundo", multiplicando-se as feiras temáticas, cuja capacidade de atracção de visitantes exteriores em massa é inquestionável;
- A 'revolução' no domínio agro-alimentar, através do apoio à modernização e criação de pequenas unidades de transformação e da incorporação de valor acrescentado nos produtos, conferida por processos de certificação e por circuitos de promoção e comercialização alternativos;
- O artesanato rural, cujo recrudescimento chega, em muitos casos, a motivar a sua incorporação no mais sofisticado design urbano;
- A emergência de novos modelos de governação territorial, assentes nas dinâmicas dos agentes locais, nos princípios do *empowerment* e da participação e da co-responsabilização.

2.4. A abordagem inovadora das ADL federadas na MINHA TERRA

As ADL federadas na MINHA TERRA orientam-se por um conjunto de princípios consolidados por quase duas décadas de trabalho no terreno: abordagem territorial; abordagem local ou ascendente; gestão e financiamento descentralizados; parceria local; inovação; organização em rede e cooperação interterritorial:

1. A abordagem territorial

Alicerça-se na proximidade das ADL aos espaços geográficos em que operam e no sólido conhecimento que deles possuem, facto que lhes permite inventariar o volume e a natureza das necessidades, arrolar dos recursos endógenos disponíveis e definir estratégias para a sua utilização óptima, avaliando, a jusante, o grau de satisfação atingido. Nesse sentido, é importante a definição de espaços geográficos coerentes, delimitados à dimensão humana e à escala que caracteriza a intervenção de desenvolvimento local em meio rural.

2. A abordagem local ou ascendente

Assenta na proximidade para com as pessoas que habitam as áreas de intervenção e na capacitação do seu potencial para planificarem e conduzirem o seu próprio processo de desenvolvimento, retomando a solidariedade como valor estruturante e fortalecendo a sociedade civil no sentido de uma cidadania activa.

3. A gestão e o financiamento descentralizados

A descentralização, assente na autonomia de decisão quanto à apreciação, selecção e gestão de projectos, atribui às populações a responsabilidade na formulação dos anseios, insatisfações e na procura de soluções, adaptando a intervenção às realidades e especificidades locais e contribuindo para tornar os processos mais céleres e eficientes.

4. A abordagem integrada ou pluri-sectorial

Uma construção de estratégias e planos de desenvolvimento local coerente, que integra as diversas vertentes da vida no mundo rural, estudando previamente as potenciais sinergias decorrentes da articulação entre projectos e estimando os efeitos gerados após a intervenção, acautela desequilíbrios e estrangulamentos. Trata-se de privilegiar a complementaridade entre as diferentes medidas de apoio ao desenvolvimento, numa perspectiva pluri-sectorial.

5. A parceria local

Promove a articulação e o envolvimento de diversos actores locais e sectoriais a uma geometria variável, estimulando a partilha dos poderes e dos saberes, a coordenação e a concertação. O encontro no seio das parcerias locais, que constituem as próprias ADL, entre entidades públicas e privadas e entre empresas, entidades sem fins lucrativos e cidadãos, reveste a forma de um processo de aprendizagem interactivo, que se tem traduzido no estabelecimento de uma "cultura organizacional" ao serviço do desenvolvimento, indutora de um ganho de qualidade e eficácia na gestão de recursos públicos.

6. A inovação

Caracterizada pela criatividade na procura soluções e respostas adequadas e actuais para problemas concretos e novos espaços de afirmação para o mundo rural, fazendo face à nova realidade estrutural que se depara aos espaços rurais. A informação e o conhecimento que alimentam a inovação assumem-se, neste contexto, como cruciais para a competitividade dos territórios rurais devendo, como tal, ser objecto de especial atenção.

7. A organização em rede e a cooperação interterritorial

As preocupações, constrangimentos e obstáculos, mas também os sucessos, são transversais a muitos territórios rurais. A cooperação e o trabalho em rede, assentes na transferência de conhecimento, facilitam a criação de relações de complementaridade e de escala. Os parceiros urbanos assumem um papel importante no quadro de relações dos actores dos territórios rurais.

Entre as diversas intervenções promovidas e/ou geridas pelas ADL nos territórios rurais, os Programas de Iniciativas Comunitárias LEADER e mais recentemente as medidas do Eixo 3 – Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural dos Programas de Desenvolvimento Rural (no Continente, Açores e Madeira) assumem particular relevo.

3. A REPRESENTATIVIDADE DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA

3.1. Representatividade territorial

A MINHA TERRA “tem como área de intervenção todo o território nacional” (artigo 1º, ponto 4 dos estatutos).

As 53 ADL federadas na MINHA TERRA representam, no seu conjunto, mais de 90% do território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e as suas capacidades de iniciativa e concretização dizem directamente respeito a mais de 4 milhões de portugueses, habitantes em zonas rurais. A representatividade das ADL federadas – traduzida na diversidade e natureza dos seus associados valoriza as especificidades de cada território e confere autenticidade à intervenção e aos projectos nele realizados, expressando o dinamismo das forças vivas da sociedade civil rural enquanto agentes do seu próprio desenvolvimento.

Associados da MINHA TERRA (por ordem alfabética)

ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira
AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura
ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão
ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva
ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores
ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejano
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul
ADERSOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa
ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra
ADICES - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
ADRACES - Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
ADRAT - Associação para o Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
ADREPES - Associação de Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima
ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria
ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira
ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho

ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

ALENTEJO XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural

APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo

ARDE - Associação Regional para o Desenvolvimento

ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural

Associação IN LOCO - Intervenção, Formação, Estudos para o Desenvolvimento Local

ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

BEIRA DOURO - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro

CHARNECA - Associação para a Promoção Rural

CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina

DESTIQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente

DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega

DOURO HISTÓRICO - Associação do Douro Histórico

DOURO SUPERIOR - Associação de Desenvolvimento

DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça

ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste

GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional

LEADER OESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste

LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sôr

MONTE, ACE - Desenvolvimento Alentejo Central

PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul

PRO RAIÁ - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte

PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto

RAIA HISTÓRICA - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira

ROTA DO GUADIANA - Associação de Desenvolvimento Integrado

RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural

SOL DO AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave

TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior

TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado
TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento
TERRAS DO BAIXO GUADIANA - Associação Terras do Baixo Guadiana
VICENTINA - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste

O mapa, onde se assinala a localização das sedes sociais da 53 ADL associadas na MINHA TERRA, ilustra a distribuição no território nacional e cobertura territorial.



3.2. Representatividade social

Neste momento encontram-se envolvidos na intervenção da Federação MINHATERRA, através dos seus 53 associados, 1.960 pessoas colectivas e individuais, cuja figura jurídica e objectivos são tão diversificados quanto são as áreas a considerar no desenvolvimento rural. Do conjunto desses 1.960 sócios, 429 são entidades públicas, 849 são pessoas colectivas de direito privado e 682 pessoas individuais. A contagem dos associados de todas estas entidades ascende a mais de 440.000 representados, com os dados disponíveis, conforme detalhe apresentado em anexo.

O carácter plurisectorial e a base territorial destas organizações está patente na caracterização da respectiva massa associativa.

Tipologia	Membros
Sócios individuais	682
Associações e Cooperativas Agrícolas, Florestais, Pecuárias e afins	240
Associações Culturais, Recreativas, Desportivas, de Ambiente e Casas do Povo	239
Câmaras Municipais	197
Juntas de Freguesia	161
Empresas	96
Associações de Carácter Social, IPSS e Voluntariado	80
Associações Comerciais, Industriais, de Artesanato e Turismo	70
Ensino e Investigação	56
Associações de Desenvolvimento e Formação	41
Administração Descentralizada	33
Banca	27
Associações de Municípios e afins	25
Outros	13
Total	1960

Pará além da representatividade institucional de cada uma das ADL, há ainda que realçar dois aspectos fundamentais para a sua actividade e legitimação: a capacidade de estimular e coordenar parcerias para a acção, que frequentemente se alargam a outros actores; e as práticas de trabalho em rede, promotoras de complementaridades, sinergias e ganhos de escada de que a própria MINHA TERRA é um exemplo.

3.3 Representatividade técnica

Quando nos referimos a desenvolvimento rural, estamos a falar de uma diversidade de aspectos e realidades, de passados e expectativas que compõem o dia-a-dia de pessoas que habitam um determinado território com características de “ruralidade”. Estamos a referir-nos a uma realidade complexa que requer uma intervenção cuidada, integrada e articulada. Tendo as ADL envolvidas na Federação como principal objectivo da sua intervenção o desenvolvimento rural, tornou-se imperativo que aquelas associações criassem corpos técnicos capazes de levar adiante uma actividade bastante exigente e votada para as populações residentes.

Actualmente, o conjunto das ADL federadas na MINHA TERRA empregam mais de 300 técnicos, dos quais mais de dois terços com formação superior, sendo de salientar a capacidade de atracção e fixação de jovens destas organizações. Esta fixação de competências em zonas tradicionalmente mais desfavorecidas, é um aspecto crucial para alavancar processos de desenvolvimento territorial.



Ex.mo Senhor Presidente
Conselho Nacional para a Economia Social
Rua Viriato n.º 7
1050-233 Lisboa

info@cnes.org.pt

Assunto: Participação da Confederação Nacional da Educação e Formação no CNES

Ex.mo Senhor Presidente,

A Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) foi recentemente constituída, tendo sido os seus Estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 41, de 8 de novembro de 2013, dando corpo ao desejo das escolas profissionais e das escolas de ensino regular, do setor particular e cooperativo não superior, participarem, de modo relevante e maduro, na construção de redes e articulações que contribuam para um Portugal melhor.

Considerando:

- A publicação da Lei de Bases da Economia Social (LBES – Lei 30/2013, de 8 de maio);
- Que as Associadas da CNEF representam entidades de economia social que prestam atividade de educação e formação;
- Que há diversos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo cujas entidades titulares são, pela sua natureza jurídica, entidades de economia social (IPSS, cooperativas, fundações, associações...) e outras entidades que, apesar de terem fins lucrativos respeitam os princípios orientadores da economia social (artigo 4.º, alínea h) da LBES);

- Que estas entidades de economia social não se encontram representadas pelas entidades que atualmente compõem o CNES;
- A importância estratégica da educação e formação no crescimento e desenvolvimento sustentado do país, nas suas vertentes social e económica;

É nosso entendimento que, na composição do Conselho Nacional para a Economia Social, deveria ter lugar um representante das confederações ou associações nacionais do setor da educação e formação, no sentido de permitir a representação da sensibilidade e das preocupações das entidades que educam e formam as novas gerações.

Face ao exposto, solicita-se a integração expressa da Confederação Nacional da Educação e Formação no plenário do Conselho Nacional para a Economia Social, nos termos previstos no ponto 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010, de 4 de agosto, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2012, de 7 de dezembro ou por alteração da composição do CNES por via legislativa.

Lisboa, 21 de março de 2014

A Direção da CNEF

